

Sumário

*Contents*

Editorial.....	9
----------------	---

ARTIGOS

The principles of the global law of public procurement

*Os princípios do Direito global da contratação pública*

Jaime Rodríguez-Arana Muñoz .....	13
-----------------------------------	----

1	Introduction .....	14
2	Global Administrative Law .....	15
3	General principles and Global Administrative Law .....	21
4	The general principles of public procurement in Global Administrative Law .....	26
5	Concluding thoughts .....	34
	References.....	36

Access to public information in Argentina with particular reference to personal and institutional data protection

*Acesso à informação pública na Argentina com especial referência à proteção de dados pessoais e institucionais*

Lucía Bellochio .....	39
-----------------------	----

1	Introduction .....	40
2	Exceptions to the RAPI: configuration requirements.....	41
3	Personal Data Protection .....	43
4	Institutional Data Protection.....	46
5	National Bill of Access to Public Information.....	48
6	Case Law .....	48
7	Final considerations .....	51

El ámbito competencial de la Administración local en materia de aguas en Cataluña

*The sphere of the competence of local government on water in Catalonia*

Josep Ramon Fuentes i Gasó .....	53
----------------------------------	----

1	Introducción.....	54
2	Normativa aplicable.....	55
2.1	La normativa estatal .....	55
2.2	La normativa catalana .....	57
2.3	La normativa local.....	58
3	La distribución de competencias y la organización administrativa en materia de aguas.....	58
3.1	Las competencias estatales. Los organismos de cuenca .....	59
3.2	Las competencias de la Administración de la Generalitat. La Agencia Catalana del Agua.....	61
3.3	Las competencias locales: marco general. Las entidades locales del agua como administración hidráulica local .....	65
4	La protección estatal de las aguas: análisis de las principales técnicas de protección...	68
4.1	La demanialidad de las aguas y el establecimiento de determinadas servidumbres y limitaciones a la propiedad privada.....	69
4.2	La planificación hidrológica .....	70

4.3	El control previo del uso y aprovechamiento de los recursos hídricos: autorizaciones y concesiones.....	72
4.4	La autorización de vertido .....	73
4.5	El canon de control de vertido .....	74
4.6	Las técnicas de carácter represivo .....	76
5	Análisis específica de las competencias locales en materia de aguas .....	76
5.1	La competencia de los entes locales en materia de abastecimiento de agua potable ....	77
5.2	Las competencias de los entes locales en materia de vertidos y saneamiento de aguas residuales .....	79
5.2.1	Las competencias sobre los vertidos al dominio público hidráulico.....	80
5.2.2	Las competencias sobre vertidos al sistema público de saneamiento .....	81
5.2.3	Las competencias sobre los vertidos indirectos.....	84
	Referencias .....	87

**Il controllo giurisdizionale di costituzionalità delle riforme costituzionali in Brasile: modello attuale e la Proposta di Emendamento n. 33 alla Costituzione**

*The Judicial review of Constitutional Reforms in Brazil: current model and the Constitutional Amendment Proposal n. 33*

<b>Eneida Desiree Salgado, Carolina Alves das Chagas</b> .....	91
1 Il controllo di costituzionalità e la giurisdizione costituzionale in Brasile .....	92
2 La riforma della Costituzione ed il controllo di costituzionalità degli emendamenti costituzionali .....	97
3 La Proposta di Emendamento n. 33 alla Costituzione e le reazioni allo attivismo giudiziale: Ripensando gli attori del controllo di costituzionalità .....	100
Riferimenti.....	105

**Responsabilidade por inatividade da Administração Pública: um estudo específico do silêncio administrativo**

*State liability for inactivity of the Public Administration: a specific study of administrative silence*

<b>André Saddy, Anderson Vichinkeski Teixeira</b> .....	109
Introdução .....	110
1 Conceituando o silêncio administrativo .....	112
2 Requisitos básicos do silêncio administrativo.....	113
2.1 A existência de procedimento administrativo iniciado de ofício ou pelo interessado – e o conseqüente dever legal de decidir .....	113
2.2 Vencimento do prazo máximo com inatividade formal ou omissão específica da Administração.....	114
2.3 Necessidade de uma disposição expressa que preveja o efeito do silêncio administrativo .....	115
3 O silêncio administrativo e a responsabilidade da Administração Pública.....	118
3.1 Efeitos administrativos da responsabilidade.....	120
3.2 Responsabilização civil por silêncio administrativo.....	121
3.3 Efeitos penais da responsabilização da Administração.....	126
Conclusões .....	128
Referências .....	131

**Inclusão e concurso público: análise crítica da jurisprudência sobre pessoas com deficiência**

*Inclusion and public contest: critical analysis of the jurisprudence about people with disabilities*

<b>Luiz Alberto David Araujo, Maurício Maia</b> .....	135
Introdução .....	136
1 A reserva de vagas do artigo 37, VIII, da Constituição Federal .....	137

1.1	Reserva de cargos e empregos públicos e não de vagas em concursos públicos.....	140
2	A quantidade de vagas reservadas .....	141
3	Pessoas com deficiência – quem concorre às vagas reservadas .....	142
4	A “compatibilidade da deficiência com o cargo em disputa” .....	146
4.1	A igualdade material no concurso público.....	149
4.2	A evolução da jurisprudência.....	151
4.3	A ordem de nomeação.....	153
	Conclusão .....	156
	Referências .....	157

Equiparações de estabelecimentos a industriais por decreto: portas de papelão na fortaleza de pedra da legalidade!

*Equalizations of industrial establishments by decree: cardboard doors in the stone fortification of legality!*

<b>José Roberto Vieira</b> .....	159	
1	Introdução .....	160
2	República e Democracia .....	161
3	República .....	163
4	Democracia .....	166
5	Legalidade Tributária .....	171
5.1	Sentido histórico do Princípio da Legalidade Genérica e Tributária.....	171
5.2	Noção conceptual da Legalidade Tributária.....	178
6	Equiparação recente a industrial dos atacadistas de produtos de perfumaria, de toucador e cosméticos.....	180
7	Impossibilidade de Delegação Legislativa para Instituição de Tributo.....	181
8	Legalidade Tributária e sujeito passivo .....	184
9	Atentados aos Princípios da Legalidade Tributária, da Tipicidade Tributária, da República e da Democracia.....	185
10	Profecia, pedra e papelão .....	188
	Referências .....	191

Cibertransparência: informação pública em rede e a intimidade como um dos limites constitucionais – uma abordagem a partir do tema 483 da Repercussão Geral examinada pelo STF

*Cybertransparency: public information networking and intimacy as one of the constitutional limits – an approach from the subject 483 of the General Repercussion examined by STF*

<b>Têmis Limberger</b> .....	199	
1	Introdução .....	200
2	Cibertransparência: uma nova dimensão da informação pública em rede.....	202
3	Limites ao acesso à informação pública: da tutela à intimidade à proteção dos dados pessoais .....	206
4	A importância da formação cultural para a opção do conteúdo de acesso e compreensão dos dados disponibilizados em rede .....	212
5	Considerações finais.....	214
	Referências .....	215

A qualidade das instituições importa? Os protestos no Brasil no governo Rousseff

*Does the quality of institutions matter? Protests in Brazil under Rousseff's government*

<b>André Felipe Canuto Coelho, Bruna Estima Borba</b> .....	219	
	Introdução .....	220
1	Definindo protesto e movimentos sociais.....	227
2	Em busca de um referencial teórico.....	229

3.	Uma avaliação empírica.....	236
3.1	O modelo e suas variáveis.....	236
3.2	Os resultados .....	238
4	Conclusão .....	244
	Referências .....	245

Contratos administrativos à luz de novas formas de gestão e da sustentabilidade:  
por uma concretização do desenvolvimento sustentável no Brasil

*Administrative contracts in the light of new forms of management and sustainability:  
for the achievement of sustainable development in Brazil*

<b>Jamile Bergamaschine Mata Diz, Roberto Correia da Silva Gomes Caldas .....</b>	<b>249</b>	
1	Introdução .....	250
2	A integração da dimensão ambiental e a transversalidade sistêmica.....	254
3	Mecanismos para a efetivação da sustentabilidade nos contratos públicos .....	258
3.1	Licitações sustentáveis .....	258
3.2	As fases processuais contratuais públicas e as técnicas ou métodos de gestão e controle sustentáveis que encerram: a aplicação do ciclo PDCA.....	259
4	Análise da contratação pública no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: por uma concretização da sustentabilidade .....	267
4.1	Breve descrição do objetivo e das etapas do projeto .....	267
4.2	A gestão dos contratos administrativos pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a incorporação da dimensão ambiental .....	269
5	Conclusão .....	272
	Referências .....	273

A possibilidade de afastamento liminar de agentes públicos com prejuízo da remuneração em decorrência de vícios na investidura em cargo ou função pública

*The possibility of preliminary removal of public agents without compensation as a result of fraud in the appointment*

<b>Gabriel Marson Junqueira, Rafael de Oliveira Costa .....</b>	<b>277</b>	
1	Introdução .....	278
2	Da cumulação de pedidos nas demandas de improbidade administrativa .....	281
3	Da tutela de urgência no afastamento de agentes públicos aprovados em certames viciados .....	284
3.1	Do aspecto remuneratório .....	284
3.2	Dos requisitos para a antecipação da tutela.....	286
4	Conclusões .....	288
	Referências .....	289

#### DIRETRIZES PARA AUTORES

<b>AUTHOR GUIDELINES.....</b>	<b>293</b>
Condições para Submissão	
<i>Submission Preparation Checklist .....</i>	<b>298</b>
Declaração de Direito Autoral	
<i>Copyright Notice.....</i>	<b>299</b>
Política de Privacidade	
<i>Privacy Statement .....</i>	<b>299</b>
Política de Ética	
<i>Ethical Policy .....</i>	<b>300</b>